



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA  
ESCOLA NORMAL SUPERIOR – ENS  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Giovanna Lais Nery Gomes Ferreira

**EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO VOLTADA  
PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Manaus-AM

2022

Giovanna Lais Nery Gomes Ferreira

## **EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO VOLTADA PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Monografia apresentada a disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica II, do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como requisito à conclusão do Curso e elaborado sob orientação do (a) Prof. Doutora Kelly Christiane Silva de Souza.

Manaus-AM

2022

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
**Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.**

F383ee Gomes Ferreira , Giovanna Laís Nery  
Educação Infantil: : Uma reflexão voltada para Prática  
Pedagógica / Giovanna Laís Nery Gomes Ferreira .  
Manaus : [s.n], 2022.  
40 f.: il.; 7 cm.

TCC - Licenciatura em Pedagogia - Universidade do  
Estado do Amazonas, Manaus, 2022.  
Inclui bibliografia  
Orientador: Kelly Christiane Silva de Souza

1. prática pedagógica. 2. educação infantil . 3.  
infância . 4. direito da criança . I. Kelly Christiane Silva de  
Souza (Orient.). II. Universidade do Estado do  
Amazonas. III. Educação Infantil;

**Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO VOLTADA PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA.

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas- UEA.

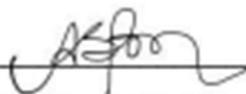
Aprovada em 24 de outubro de 2022.

#### BANCA EXAMINADORA



---

Orientador (a)



---

Profa. Dra. Andrezza Belota Lopes Machado



Profa. Dra. Meire Terezinha Silva Botelho de Oliveira

Membro da Banca Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado saúde, paciência, fé esperança e força, por nunca ter me abandonado, ele foi o meu refúgio e minha fortaleza. Minha caminhada para chegar até aqui não foi fácil, passei por situações que pensei em desistir de tudo até de mim mesma, mas Deus sempre esteve ao meu lado.

Meus agradecimentos são a minha família, principalmente a minha mãe adotiva Jeanne Gomes, agradeço a ela por nunca ter desistido e acreditado em mim, por ter me criado e me educado da melhor forma possível, sempre mostrando que o conhecimento e a fé são fundamentais em nossa vida e ao meu filho Bernardo Emanuel Nery, por ter me feito uma mulher melhor e ter me mostrado o amor verdadeiro, apesar dos difíceis acontecimentos que ocorreram durante esses anos, sempre quis continuar lutando por vocês, para um dia ser orgulho de vocês dois.

Sou grata às minhas amigas da faculdade, Daiane Rodrigues, Simone Karoline, Juliana Rocha, obrigada pela caminhada juntas, pelos momentos de alegria e até pelos de tristezas, sempre estivermos nos apoiando, errando e aprendendo e nos descobrindo como profissionais, afinal vocês são profissionais e pessoas maravilhosas.

Agradeço a minha orientadora Profa. Kelly Christiane, por ter aceitado me orientar no final desse percurso, obrigada pelas orientações e palavras de incentivos, elas me ajudaram a concluir essa pesquisa.

Por fim agradeço a mim, por nunca ter desistido do meu sonho, sempre fui de sonhar muito, sempre fui empenhada e esforçada, abracei todas as oportunidades que surgiram na faculdade, participei de vários projetos, que enriqueceram meu lado profissional e pessoal. No meio dessa caminhada me perdi, passei por momento difíceis, tive que ter resiliência, quase desistir, mas Deus segurou nas minhas mãos e me mostrou o caminho para chegar até aqui.

Não tenho medo de que meu tema possa, em exame mais detalhado, parecer trivial. Receio apenas que eu possa parecer presunçoso por ter levantado uma questão tão vasta e tão importante.

Edward Carr , 1996

## RESUMO

Este estudo tem como intuito compreender o desenvolvimento do trabalho pedagógico na educação infantil buscando refletir acerca do trabalho do professor. A pesquisa identificou as concepções teóricas presentes na educação infantil e conheceu os conceitos de infância e criança presentes no ideário pedagógico do professor da educação infantil e compreendeu a relação entre formação do professor da educação infantil e as concepções que norteiam a sua prática. Para atingirmos o objetivo foi realizado um estudo bibliográfico e uma pesquisa de campo. A revisão do referencial teórico se deu a partir do estudo dos seguintes autores: Oliveira (2013); Angotti (2010) e Barbosa (2006) Aries (1981) Sarmiento (2002), Santos (2006), Ludke e André (1986). A coleta de dados se deu através de observações e entrevista semiestruturada realizadas com a professora em um CMEI da cidade de Manaus. Verificou-se que o estudo sobre a educação infantil é relevante para repensarmos acerca das práticas que estão sendo desenvolvidas nas instituições, ficou evidente o quanto é importante um profissional qualificado para trabalhar o desenvolvimento integral das crianças. A prática pedagógica do educador infantil tem que estar aliada à sua concepção de criança e infância, para isso ele precisa compreender de onde essa criança fala, reconhecendo-a como e sujeito de direitos, pois isso permite que o educador pense na criança como sujeito histórico de direitos que possui voz e deve ser sujeito ativo no processo de aprendizagem.

**Palavras-chave:** prática pedagógica; educação infantil; infância; direito da criança.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PPP	Projeto Político Pedagógico
UEA	Universidade do Estado do Amazonas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPITULO I: INFÂNCIA E CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> .....	<b>14</b>
2. Construção histórica da criança e o surgimento da infância .....	14
2.1 A importância da Lei para a criança .....	19
2.2 Cenários históricos da Educação Infantil no Brasil .....	19
2.3 A importância da ludicidade para o desenvolvimento infantil .....	22
2.4 O papel do professor na educação infantil: desafios entre o cuidar e educar .....	24
<b>CAPITULO II: OBSERVAÇÕES E ESCUTAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>31</b>

3 Repensando a prática pedagógica na Educação Infantil	27
3.1 Caracterização do Centro Municipal de Educação Infantil	34
3.2 Analisando a prática docente da professora de Educação Infantil	36
<b>CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>43</b>
<b>APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO COM AS PROFESSORAS</b>	<b>45</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Diante dos avanços e das transformações que estão ocorrendo na sociedade, o ramo da educação vem ganhando novos rumos, a Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções, principalmente para atender o novo perfil de criança, que implica em novas práticas pedagógicas. Levando em consideração todos os fatores que fazem parte do cotidiano das ações educativas desenvolvidas na Educação Infantil, a educação de crianças pequenas tal quais os processos formativos de professores requerem olhares e escutas sensíveis, possibilitando tecer diversas reflexões e convocando à ressignificação destes.

Nesse sentido esta pesquisa teve como intuito compreender o desenvolvimento do trabalho docente na Educação Infantil. Tivemos como objetivos específicos: a) identificar as concepções teóricas presentes na prática do docente da educação infantil; b) conhecer os conceitos de infância e criança presentes no ideário pedagógico do professor da educação infantil e c) entender a relação entre formação do professor da educação infantil e as concepções que norteiam a sua prática.

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa. Segundo Lüdke e André (1986) “a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, geralmente através do trabalho intensivo de campo”. Para realizarmos a pesquisa de campo é relevante que haja uma organização e planejamento. “Para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho de uma preparação rigorosa do observador”. (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 25). A pesquisa foi realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil, localizada na zona centro Sul de Manaus. Os sujeitos da pesquisa foram as crianças e a professora regente da turma, onde foi realizado. Como instrumento de coleta de dados utilizamos a observação participante, que segundo Ludke e André (1986)

uma estratégia que envolve, pois, não só a observação direta, mas todo um conjunto de técnicas metodológicas pressupondo um grande envolvimento do pesquisador na situação estudada.

Foi ainda utilizado na coleta de dados a entrevista com a professora regente da turma. “A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 34.). Além do pesquisador obter a informação desejada, a entrevista cria um ambiente harmonioso entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo a pesquisa. “Na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde” (Ludke e André, 1986, p. 33). Para esse diálogo ser leve, utilizamos a entrevista semiestruturada. De acordo com Ludke e André (1986) “A entrevista semiestruturada, que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. Para auxiliar na coleta de dados foi realizado a gravação da entrevista com a professora. A gravação tem a vantagem de registrar todas as expressões orais, imediatamente, deixando o entrevistador livre para prestar toda a sua atenção ao entrevistado (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 37).

A estrutura deste trabalho foi construída em dois capítulos, da seguinte maneira: **Capítulo I:** foi realizado a partir da visão de Aries (1986) e Sarmiento (2002) um levantamento da história da criança e o surgimento da infância. A partir da constituição de (1988) do ECA (1990) foi abordado sobre sua importância para proteção da criança e da infância. O cenário histórico da Educação Infantil no Brasil foi relatado com a visão de Oliveira (2013), Santo (2006), Angotti (2010) e da LDB (1996). Para falar da importância da ludicidade para o desenvolvimento Infantil, foi utilizado Sarmiento (2004), Vygotsky (1991) e Oliveira (2013). Por último sobre a concepção dos autores refletimos sobre o papel do professor na educação infantil: desafios entre o cuidar e educar.

**Capítulo II:** esse capítulo buscou analisar os dados coletados em observações na escola de Educação Infantil e entrevista semiestruturada realizada com professora. A partir das observações e entrevista foi possível analisar a concepção da professora e compreender o desenvolvimento do trabalho docente na Educação Infantil.

## **CAPÍTULO I: INFÂNCIA E CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **2. Construção histórica da criança e o surgimento da infância**

Para começar é relevante percorremos sobre a história da criança, tendo em vista que assim compreendido os fatores de visão que cada época concebia a criança, poderemos perceber a construção do conceito de criança e do surgimento da infância, para que assim possamos entender a criança como sujeito histórico, que possui direitos e deveres que devem ser respeitadas e valorizadas.

Percebemos que apesar de sempre existirem crianças elas nem sempre tiveram infância, e infelizmente algumas ainda não tem, o conceito de criança e infância são tratados como sinônimos, mas não são a mesma coisa, para entender melhor essa definição é importante delimitarmos o que é ser criança, e o que é ter infância. Segundo Sarmiento (2002, p. 371), “é preciso que se faça uma distinção semântica entre infância e criança, categorias que muitas vezes são apresentadas com o mesmo significado no senso comum”.

Primeiramente trazemos a definição que o dicionário faz para esses dois termos. De acordo com o dicionário Aurélio criança é o ser humano na fase da infância, que vai do nascimento à puberdade e que não atingiu a vida adulta, e infância é o período do desenvolvimento do ser humano, que vai do nascimento ao início da adolescência.

Para entendermos melhor a criança devemos retomar a idade média, onde naquela época a criança como conhecemos atualmente não existia, ela se vestia e trabalhava com os adultos, era considerada um adulto em miniatura. De acordo com Aries (1986, p.14) “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais”.

Nesse período assim que a criança começava a andar já era tratada como adulto, com apenas algumas diferenças, as crianças não tinham muita compreensão das coisas e elas eram muito frágeis, por conta das condições que a criança vivia nessa época, muitas não chegavam a fase adulta, “A passagem da criança pela

família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade” (ARIES, 1986. p.10).

Ao debruçarmos sobre a história da criança nos deparamos com desumanidade perante as crianças, elas não tinham nenhum cuidado adequado para crescerem e se desenvolverem integralmente, mas a forma como as pessoas tratavam as crianças condiziam com mentalidade daquele tempo, eles não enxergavam a criança como um ser que necessita de atenção e cuidado, não percebiam que a criança precisava ter infância. Mediante isso, Aries (1986, p.156.) explica que:

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia- o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças; corresponde a consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia.

A criança começa a ser vista no final do século XVII, foi por meio da igreja que surgiu o interesse pelo cuidado e educação das crianças, onde surgiu a escola, como uma forma de separar a criança dos adultos. Como aborda Aries (1986, p.277), “a família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos”. No fim deste século surgiu as primeiras mudanças do conceito de infância. Um dos maiores contribuintes para tal mudança foi a igreja, que teve um papel fundamental ao associar a imagem das crianças com a de anjos, que refletiam inocência e pureza. Aries (1986, p. 163) aborda que:

O primeiro sentimento de infância caracterizado pela paparicação - surgiu no meio familiar na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior a família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVII, e de um maior número de moralistas no século XVIII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes.

De acordo com Áries (1986) o sentimento de infância começou no século XVIII quando as crianças já eram inseridas como parte da família. E, nessa época começa a ser diferenciada as idades da vida como infância, adolescência e fase adulta. Com essa nova noção das especificidades das idades da vida, a criança

começa a ser amada e protegida, considerada uma pessoa frágil e que necessita de cuidados específicos se tornando um membro fundamental e o centro da família.

Por volta do século XIX passando para o XX, é que a criança e seus comportamentos são cada vez mais objeto de estudo de pesquisadores da Psicologia, Sociologia, Antropologia, Educação e áreas afins, com o intuito de compreender as mudanças que ocorreram na concepção de infância (OLIVEIRA, 2013).

Diante do exposto, percebemos que a infância não existiu sempre e da mesma maneira. Ao contrário, a concepção de infância surgiu com a sociedade burguesa, ao mesmo tempo em que mudavam a inserção e o papel social da família, da criança e da mulher, na sua sociedade. Para Sarmento (2004, p. 3):

A ideia de infância é uma ideia moderna. Remetidas para o limbo das existências meramente potenciais, durante grande parte da idade da Idade Média, as crianças foram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia existencial.

Ocorreram muitas transformações dando uma compreensão diferente sobre a criança e a infância, que dentro do contexto histórico nos faz entender o que cada sociedade enxergava a crianças de uma maneira, sendo relevante para a compressão das crianças, elas passaram a ser consideradas cidadãs, que possuem direitos e produzem cultura. Segundo Angotti (2010, p.17):

Elementos da história do atendimento à infância precisam e merecem ser conhecidos, entendidos e analisados para que se possam elaborar e manter a luta pelas condições educacionais que favorecem a inserção da criança na sociedade à qual pertence sua condição de direito em ser pessoa, em ser e viver as perspectivas sociopolíticas histórico e cultural que sustentem as bases do sujeito, protagonistas da história de seu próprio desenvolvimento, interlocutora de diálogo aberto com e em um mundo em permanente e absoluta dinamicidade.

Essa maneira de ver as crianças favorece compreendê-las e também olhar para o mundo a partir de um novo ponto de vista. A infância sendo uma fase importante na formação do sujeito faz parte da nossa história, sendo assim é uma história que deve ser lembrada.

A infância, por consequência, está num processo contínuo de mudança (SARMENTO, 2004). A partir de então, os olhares dos pesquisadores voltaram-se

para a relação da temática da infância com a sociedade. Os estudos contemporâneos, realizados pelos pesquisadores, partem do princípio de que as crianças participam coletivamente na sociedade e são dela sujeitos ativos e não meramente passivos, que necessitam de cuidado e proteção.

Estas pesquisas retratam o perfil da criança e como ela é vista em cada cultura, pois dependendo da cultura que a criança está inserida muda a forma como ela é vista. “Estes fatores – a criação da escola, o recentramento do núcleo familiar no cuidado dos filhos, a produção de disciplinas e saberes periciais, a promoção da administração simbólica da infância – radicalizaram-se no final do século XX”. (Sarmiento, 2004, p. 05)

Diante do exposto, a criança passou e ainda está passando por ressignificações, ela carece de olhar e escuta sensível para ser compreendida na sua totalidade, como um ser histórico, social e como produtora de cultura, necessitando do cuidado e proteção de todos.

## **2.1 A importância da Lei para a criança**

Ao longo da história como foi abordado a criança não era vista como um ser que precisava de cuidado e proteção, mas a partir do olhar e do entendimento sobre elas, começaram a surgir pesquisas e interesses pelos pequenos, foi através de muita luta e reivindicações que começaram a surgir leis para proteção das crianças.

No Brasil foi a partir da Constituição de 1988, que a criança foi concebida em sua condição própria de modo mais abrangente, tendo suas particularidades atendidas na Lei. Logo a Constituição Federal de 1988 passa a ser definida e fixada na proposta de proteção integral a criança:

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e o adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, a dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. [...].

Desta forma, a infância passa a ter um olhar da sociedade, tornando a criança um cidadão de direitos garantido pela Lei, cabendo a família, estado e sociedade assegurarem esse direito, assim como implementar outros.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) foi implementado para garantir e reafirmar os direitos da criança e do adolescente previsto na Constituição de 1988, a Lei foi decretada no dia 13 de julho de 1990, pela Lei nº 8.069 em cumprimento constitucional no Art.1º diz que: esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, e nos Artigos 3º e 4º a proteção integral refere-se ao desenvolvimento e formação nos aspectos: cognitivos, afetivos, físicos, sociais, moral, espiritual e cultural em condições de liberdade e dignidade.

Esse estatuto reconhece a criança na infância e o adolescente na adolescência como pessoa de direito a ter todos os demais direitos fundamentais a pessoa humana: direito à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2021, p. 14).

No ECA (1990) encontramos a importância do cuidado com a criança desde do pré-natal até a adolescência, sendo garantindo assistência à saúde e assistência social amparados pela lei, assim como programas de proteção à criança e ao adolescente. Atualmente para proteger e amparar a criança e o adolescente foram criadas novas leis, como:

Lei da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016) - implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral; • Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014) - estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos físicos; • Lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo Sinase (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012) - regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. • Lei que instituiu a Escuta Especializada (Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017) - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente, 2021, p.10).

Para garantir os direitos educacionais da criança e do adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB) traz, em seu título III, a educação básica obrigatória dos 4 aos 17 anos, incluindo assim a pré-escola como fase obrigatória da educação e dever do Estado de fornecer a vaga. No seu Art. 4, inciso II, o direito a educação infantil gratuita as crianças de até 5 anos de idade que é a primeira fase da educação básica. A LDB (1996) também assegura o professor devidamente formado para atuar nessa fase da educação, assim, perdendo a visão que a educação infantil tinha primeiramente de assistencialista, que era apenas o cuidar.

O interesse pelas leis para crianças é uma conquista recente, que vem avançando cada vez mais, visando sempre amparar e cuidar da criança e dos adolescentes, mas muito ainda tem que ser feito para que essas conquistas sejam realmente vivenciadas na prática, em cada canto, onde possa amparar aquela criança que necessita de um amparo.

## **2.2 Cenários históricos da Educação Infantil no Brasil**

Ao fazermos um aparato histórico da história da criança, conceituando criança e infância como cidadão histórico cultural, produtora de cultura com direitos e deveres, que são pautados pelas leis, é importante retornarmos ao surgimento da educação infantil no Brasil, como salienta Oliveira, (2013, p. 47):

No momento da consolidação da educação infantil como um direito da criança, conhecer a história das instituições e das políticas públicas na área, traçada dentro das demais lutas sociais, pode apontar-nos novos caminhos, se soubermos compreender as contradições em meio às quais elas foram gestadas.

Por um longo período histórico as crianças, nem podiam ter uma infância, por não existir um entendimento sobre a criança, nem se pensava em uma educação específica para elas, mas com o interesse por parte da igreja e da família a criança passou a ocupar um lugar na família e aos poucos na sociedade, com isso, surgiram instituições por parte de grupos religiosos onde as atividades voltavam-se para o comportamento, as regras morais e de valores religiosos, eles acreditavam que as

crianças nasciam sob o pecado, logo, cabia à família ou à sociedade corrigi-las desde cedo, os pais passaram a se preocupar mais com a educação dos seus filhos, mas o surgimento da educação voltadas as crianças pequenas no Brasil, surgiu a partir de revoluções surgidas na Europa, de acordo com Oliveira (2013, p.73):

O projeto social de construção de uma nação moderna, parte do ideário liberal presente no final do século XIX, reunia condições para que fossem assimilados, pelas elites do país, os preceitos educacionais do Movimento das Escolas Novas, elaborados no centro das transformações sociais ocorridas na Europa e trazidos ao Brasil pela influência americana e europeia. O jardim de infância, um desses “produtos” estrangeiros, foi recebido com entusiasmo por alguns setores sociais.

Oliveira (2013) registra que até o século XIX não existia o que hoje denominamos Educação Infantil, foi com a urbanização e a expansão da escola obrigatória no Brasil que ela surgiu. A autora frisa que as lutas pela democratização da escola pública, que desde a década de 1970 envolveram grande número de educadores, e as pressões feministas e de movimentos sociais de luta por creches possibilitaram a conquista do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas.

Esse movimento das Escolas Novas, surgiu por conta da urbanização, com uma proposta de uma renovação do ensino, onde enfatizavam um ensino de qualidade para os alunos, onde eles eram o centro da aprendizagem. O manifesto dos Pioneiros, foi um fato histórico importante para a educação brasileira, pois defendia o acesso à educação universal pública, um marco para melhoria do ensino.

Por muito tempo o modelo tradicional foi visto como o ideal na educação, mas a partir dos estudiosos que começaram a pesquisar sobre as crianças, eles enxergavam como centro do ensino, essa concepção do professor como detentor do conhecimento foi mudando, com o avançar das práticas pedagógicas da Escola Nova, suas características e ideias foram se firmando no sistema educacional brasileiro, estando presentes até os dias atuais, o método da Educação Nova, retira o professor do centro do processo de ensino, passando a ocupar um lugar secundário, sendo caracterizado como um mediador e organizador do conhecimento, tornando o aluno protagonista desse processo.

A educação infantil, só foi realmente implementada a partir da Constituição de 1988 onde define de forma clara a responsabilidade do Estado para a educação das crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas sendo como educação não obrigatória e compartilhada com a família.

Apesar de inúmeras reivindicações, a expansão das creches continuou atrelado ao atendimento da população pobre até 1988 quando a constituição Federal (Brasil, 1988) determina que o atendimento em creches e pré-escolas é um direito da criança e enfatiza o caráter educacional desse serviço. (Angotti, 2010, p. 89).

Foi em 1996 com a Lei nº 9.394 que instituiu a Lei de Diretrizes e Bases-LDB, que os direitos a educação foram reafirmados, logo a educação infantil passou a ser a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral das crianças. Segundo a LDB em seu artigo 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB, 9394/96).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional representa um marco na história da educação brasileira. O reconhecimento da função eminentemente pedagógica do atendimento às crianças de zero a seis anos, visando ao seu crescimento multidimensional, significa a possibilidade de superação da visão assistencialista ou compensatória de carências culturais que, historicamente, tem caracterizado as ações governamentais nesse setor.

A educação infantil deixa, assim, de desempenhar o papel de “guarda de crianças” ou de “preparatória” para o ensino regular. Mas foi apenas na reformulação da LDB de 2013 que a educação básica passou a ser obrigatória.

Embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/200926, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil. (BRASIL, 2017, p. 36).

Sendo a educação direito de todas as crianças e passou a ser obrigatório por Lei que as crianças frequentem uma rede de ensino, sendo dever dos responsáveis

matricular seus filhos, como salienta o Art. 60: “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade”. Mesmo sabendo da importância da inserção da criança na educação, muitos pais não matriculam seus filhos por vários fatores, seja por falta de vaga, por falta de escola na localidade, pela dificuldade financeira ou por que não querem, esses fatos desencadeia uma lacuna no desenvolvimento infantil, pois é na Educação básica que a criança se desenvolve, uma boa base é essencial para formação humana.

O papel da educação infantil é o cuidar da criança em espaço formal, educativo, contemplando a alimentação, a limpeza e o lazer (brincar). Respeitando o caráter lúdico das atividades, com ênfase no desenvolvimento integral da criança, tendo como objetivo o de desenvolver capacidades, como: ampliar relações sociais na interação com outras crianças e adultos, conhecer seu próprio corpo, brincar e se expressar das mais variadas formas, utilizar diferentes linguagens para se comunicar, entre outros.

### **2.3 A importância da ludicidade para o desenvolvimento infantil**

A infância é um período onde o brincar faz parte da vida da criança, é um momento no qual ela expressa em suas brincadeiras, sentimentos, emoções e aprendizados, além disso é uma forma que possibilita que ela conheça e descubra o mundo a sua volta. Logo o brincar expressa um diálogo com o mundo, a forma como a criança representa, cria e recria a realidade a sua maneira. Ludicidade são atividades livres onde a criança tem a possibilidade de escolher o que ela quer fazer. A ludicidade não abrange apenas jogos e brincadeiras, mas atividades que dão prazer para as crianças, que envolvem a fantasia e a imaginação. Para Sarmiento (2004, p.15):

A ludicidade constitui um traço fundamental das culturas infantis. Brincar não é exclusivo das crianças, é próprio do homem e uma das suas atividades sociais mais significativas. Porém, as crianças brincam, continuam e abnegadamente. Contrariamente aos adultos, entre brincar e fazer coisas sérias não há distinção, sendo o brincar muito do que as crianças fazem de mais sério.

A brincadeira é inata da criança, é como ela reproduz o que acontece ao seu redor. Uma das contribuições dos jogos e das brincadeiras para as crianças na Educação Infantil é o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. É, principalmente, através das brincadeiras que as crianças se relacionam umas com as outras, para Vygotsky (1991) só nos tornamos humanos em convivência com outros humanos.

Outras contribuições das brincadeiras para as crianças na Educação Infantil é o desenvolvimento da confiança em si próprio e em suas capacidades, conhecer o próprio corpo, elevar a autoestima, fazer novas amizades de forma prazerosa e exercitar o corpo, fato que é de relevância para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil, salientando, que a brincadeira deve ser explorada diariamente pelos docentes. “Cabe, portanto, ao educador não só acompanhar as atividades como promover oportunidades para a criança desenvolver-se, organizando espaços, disponibilizando objetivos e materiais que possam enriquecer a brincadeira” (Angotti, 2010, p, 178).

A importância da ludicidade vai além dos jogos e brincadeiras, é uma forma de inclusão e interação das crianças, sendo uma ferramenta importante para a prática do professor, através das brincadeiras e dos jogos as crianças não só adquirem novos conhecimentos, mas também socializam com seus pares, “Na brincadeira, a professora pode intervir pedagogicamente nas ações de cuidado e educação, a fim de promover o desenvolvimento das crianças nas instituições de Educação Infantil” (Angotti, 2010, p. 99).

A infância é um se reinventar a todo instante, mas não perdendo a magia da imaginação e do faz de conta, as brincadeiras são fundamentais para que essa infância continue se reinventando. Em consonância, Vygotsky (1991) enfatizou que o brincar é parte fundamental no desenvolvimento da criança, uma vez que é no ato de brincar que a criança representa no simbólico, aspectos de seu entorno real.

Conforme Vygotsky (1991), o brincar cria uma zona de desenvolvimento proximal na criança e, por isso, tem ligação direta com o processo de aprendizado e desenvolvimento, além de estar relacionado com o desenvolvimento da percepção,

da memória, da afetividade, da imaginação, da aprendizagem, da linguagem, da atenção, dentre outros. Com efeito, a criança vai modificando o mundo e se constituindo à medida que vai exercitando suas funções de afetividade, de linguagem, de memória, de imaginação e de percepção, dentre outros aspectos.

Outro destaque feito por Vygotsky diz respeito à emoção. Esse estudioso enfatizou que o processo de desenvolvimento e comportamento está associado diretamente na relação entre o organismo e o meio, sendo perpassado pela emoção. De acordo com Vygotsky (2001) as emoções agem como um regulador interno do comportamento, quando são associadas aos estímulos externos podem levar as pessoas a demonstrar, ou não, emoções. Ligado ao aspecto emocional é possível citar também, a partir do legado vigotskyano, a importância da imaginação.

A imaginação atua no sentido de estimular novas emoções, pois ajuda a criança a vislumbrar novas experiências possíveis.

Ao brincar, a criança passa a compreender as características dos objetos, seu funcionamento, os elementos da natureza e os acontecimentos sociais. Ao mesmo tempo, ao tomar o papel do outro na brincadeira, começa a perceber as diferentes perspectivas de uma situação, o que lhe facilita a elaboração do diálogo interior característico de seu pensamento verbal. (Oliveira, 2013, p, 127).

Frente ao exposto, é possível afirmar que a imaginação, memória, pensamento e emoção são fatores que contribuem para que a criança seja entendida como alguém que está deixando sua marca social, fazendo história e aprendendo a história, a ludicidade permite que a criança tenha voz na escolha das atividades que deseja fazer, tornando-a mais prazerosa e significativa, porém na escola cabe ao professor promover uma educação lúdica na sala de aula.

#### **2.4 O papel do professor na educação infantil: desafios entre o cuidar e educar**

Concebendo a fase inicial da vida do ser humano uma das mais importantes, sendo a base para o seu desenvolvimento, entendendo a criança como um ser que

se desenvolve a partir da ludicidade e da interação com os demais, que precisa de cuidados e educação, é relevante refletirmos sobre a atuação dos profissionais das instituições de Educação infantil, que aliado a família são responsáveis pelos primeiros ensinamentos na aprendizagem da criança. Mas sabemos que educar não é somente desenvolver o potencial de aprendizado, mas sim todo o potencial que a criança traz consigo, seja no sociocultural, afetivo, habilidades psicomotoras e cognitivas.

É no convívio social da creche e na pré-escola que as crianças começam a se conhecer e a conhecer o outro, desenvolvem a capacidade de construir conhecimento e conhecer o mundo. Sendo assim, “a professora tem o dever de ser o anjo da guarda das almas concentradas e ministrar-lhes as lições”. (Babosa, 2006, p.100).

Nesse cenário, cabe aos educadores auxiliarem as crianças em todo o processo de aprendizado, considerando sua peculiaridade, sua curiosidade de aprender e descobrir o mundo a sua volta, atualmente as crianças são agentes ativos na própria educação, fazendo às suas contribuições, mostrando o conhecimento que elas já têm, compartilhando com os colegas e até com os educadores suas próprias visões de mundo, elas precisam de um educador que mostre o mundo de uma forma atrativa.

O papel da educação e do educador infantil concretiza-se no ideal de recuperação da infância perdida nos tempos modernos para inserir a criança no mundo do conhecimento, na condição de ser alfabetizada na leitura de mundo, na leitura interpretativa de tudo o que está ao seu redor sem perder a natureza, a magia, a fantasia, o mundo maravilhoso do ser criança e propiciar-lhe desenvolvimento integral, seguro e significativo. (Angotti, 2010, p. 26).

A figura do professor na vida da criança ao longo do seu desenvolvimento é essencial para o seu autoconhecimento, percepção crítica e construção dos relacionamentos interpessoais. Através das atividades realizadas em sala de aula, os educadores participam do aprendizado infantil nas interações pelos ambientes escolares.

O desenvolvimento infantil se dá no conjunto das atividades que as crianças vivem, na negociação que fazem das regras apresentadas como reguladoras das situações, nas ações possibilitadas pelo material disponível e pelas instruções e sugestões dos professores sobre como trabalhar com ele, bem como nos papéis que as crianças assumem nas interações que estabelecem com outras crianças e com o professor”. (Oliveira, 2013, p. 175).

A criança aprende na interação com os pares e principalmente como o professor, ela o enxerga como uma referência. “Há o importante papel do professor, que, em sua relação com as crianças, lhes impõe ou negocia com elas metas e procedimentos para agir, funcionando ainda como modelo a ser imitado” (Oliveira, 2013, p.165). Isso se dá principalmente pela relação de acolhimento que se assemelha ao cuidado oferecido na Educação Infantil, sendo de suma importância, pois o vínculo criado entre o educador e a criança é primordial para o pleno desenvolvimento das crianças.

A dicotomia entre cuidar e educar tem que ser superada, pois ambas precisam caminhar juntas, pois de acordo com Angotti (2010, p. 98), “a professora que cuida, educa, e a que educa, cuida, ambas ações são inerentes a profissão docente na Educação infantil”. É fundamental que toda interação com a criança hajameios que proporcione cuidados, educação e brincadeiras. Brincar, cuidar e educar, são necessários na construção de conhecimento e no desenvolvimento Infantil.

A profissionalidade dos educadores infantis deverá estar fundamentada na efetivação de um cuidar que promova educação, e de uma educação que não deixe de cuidar da criança, de atendê-la em suas necessidades e exigências essenciais desde a sua mais tenra idade em atividades, espaço e tempos de ludicidade. (Angotti, 2010, p.19).

Além da importância do cuidar e do educar, o brincar como já foi frisado, se constitui como importante fator para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. O lúdico, além de contribuir e influenciar na aprendizagem dos conteúdos escolares, também tem função essencial no desenvolvimento dos aspectos cognitivos e afetivos da criança. “Por meio da brincadeira, o domínio da realidade se

torna mais acessível a criança favorecendo seu desenvolvimento psíquico e sua inserção social” (Angotti,2010 p. 95).

A prática pedagógica deve compreender a necessidade desses três atos na educação infantil, colaborando, incentivando e estimulando tais atos. É compreensível o direcionamento ao desenvolvimento integral da criança, quando o cuidar, brincar e educar estão presentes no cotidiano infantil de forma inseparável e prioritária.

Os sujeitos do processo educativo dessa etapa da Educação Básica devem ter a oportunidade de se sentirem acolhidos, amparados e respeitados pela escola e pelos profissionais da educação, com base nos princípios da individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade. Deve-se entender, portanto, que, para as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, independentemente das diferentes condições físicas, sensoriais, mentais, linguísticas, étnico-raciais, socioeconômicas, de origem, religiosas, entre outras, no espaço escolar, as relações sociais e intersubjetivas requerem a atenção intensiva dos profissionais da educação, durante o tempo e o momento de desenvolvimento das atividades que lhes são peculiares: este é o tempo em que a curiosidade deve ser estimulada, a partir da brincadeira orientada pelos profissionais da educação. (BRASIL, 2013, p. 36).

De acordo com BRASIL (2013) o professor precisa ter o conhecimento de orientar, avaliar e de saber elaborar propostas, tendo a ludicidade como centro no processo de ensino. O educador infantil também deve transmitir conhecimentos específicos conforme a faixa etária de seus alunos, sabendo conhecer, compreender e trabalhar com cada criança.

Além do cuidar e educar e brincar existem vários segmentos no papel do educador infantil que compõem seu trabalho de uma maneira atrativa e lúdica para as crianças, como trabalhar a musicalização, sendo de extrema relevância para o desenvolvimento das crianças. Para Angotti (2010), a música é um dos estímulos mais potentes para ativar os circuitos do cérebro na infância. Mas nem sempre a musicalização é trabalhada pelo professor, por conta das lacunas que existem em sua formação. “Os educadores sempre se desculparam por não desenvolver a linguagem musical, pois alegam não terem sido formados para isso, ou seja, consideram-se incapacitadas, com pouco ou nenhum repertório musical adequado” (Angotti, 2010, p.158).

É preciso que o educador, principalmente o educador infantil, trabalhe com a musicalização em sala de aula, pois as crianças pequenas necessitam dessa ambiência musical para se desenvolverem, além de enriquecer a prática docente. “Quando um adulto experimenta os sons, explora a música como linguagem, amplia seu repertório musical, entende a importância do brinquedo musical (rodas e brinquedos cantados), conseguindo mudar a sua sala de aula”. (Angotti, 2010, p.161).

Nesse contexto, é essencial que o educador repense ao realizar seu planejamento para poder trabalhar o desenvolvimento integral das crianças.

Na Educação Infantil a avaliação é formalizada como parte do planejamento docente em caráter de acompanhamento do desenvolvimento da criança e não como critério de promoção para o Ensino Fundamental, é possível afirmar que ainda são muitos os equívocos observados em relação a compreensão do que vem a ser o processo avaliativo no âmbito da Educação Infantil, mais do que prática formalizada a ser incluída no cotidiano docente, a avaliação deve ser compreendida pela clareza de seus objetivos a fim de enriquecer a ação pedagógica, revelando-se em práticas que buscam cumprir apenas uma exigência legal, reduzindo o importante papel da avaliação que passa a desconsiderar o verdadeiro cotidiano da criança e a postura pedagógica do professor.

O ato avaliativo na Educação Infantil, deve ocorrer sem o objetivo de promoção, mas com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, conforme salienta Oliveira (2013 p.199):

A avaliação educacional requer um olhar sensível e permanente do professor para compreender as crianças e responder adequadamente ao “aqui-agora” de cada situação. Perpassa todas as atividades, mas não se confunde com aprovação/reprovação. Sua finalidade não é excluir, mas exatamente o contrário: incluir as crianças no processo educacional e assegurar-lhes êxito em sua trajetória por ele.

Logo, ao avaliar as crianças, o educador deve observar e registrar, para que assim ele possa saber onde a criança necessita de ajuda, ele deve considerar a

particularidades de cada uma, para isso, é necessário que o educador infantil tenha um olhar atento para cada criança, sobre os seus interesses, personalidades, relações e experiências, são essenciais para o educador avaliar a reação da criança a sua proposta e reveja sua metodologia e sua prática pedagógica.

No ato de avaliar o educador deve pensar nas rotinas, pois as rotinas necessitam fazer parte da prática pedagógica, o educador que organiza uma rotina com as crianças, facilita tanto seu trabalho como a assimilação das crianças, para alguns educadores, as rotinas dão formalidade à prática pedagógica do dia-a-dia das instituições. “Para alguns profissionais, ser educador infantil é saber o que fazer, como fazer e a que horas fazer, isto é, ter domínio das rotinas instituídas”. (Barbosa, 2006, p. 202).

Babosa ressalta que para certos professores a rotina também pode ser considerada uma forma de assegurar a tranquilidade do ambiente, uma vez que a repetição das ações cotidianas sinaliza às crianças cada situação do dia, auxiliando no desenvolvimento do seu trabalho. Entretanto, o educar necessita observar se essa rotina está proporcionando o pleno desenvolvimento das crianças, pois certas rotinas não se enquadram com os perfis de todas as crianças, logo é preciso saber que as rotinas não devem ser fixas, elas precisam que ser mutáveis, levanto em consideração fatores externos e internos, principalmente para a criança em processo de desenvolvimento.

Mesmo as atividades rotineiras, como dormir, conversar com os colegas, escrever o nome no desenho feito, são atos que no decorrer do tempo vão mudando. A melhor hora para brincar no pátio é diferente no inverno e no verão, organizar os jogos em suas caixas é diferente quando se tem um ano e meio de que quando se tem cinco anos, conversar com os amigos é diferente no primeiro encontro com a turma ou depois de seis meses de convívio. É preciso que o educador esteja atento a esses fatos e faça novas proposições para as atividades cotidianas, pois elas - apesar de necessitarem de certa invariabilidade - não podem ser vistas como imutáveis. (Barbosa, 200, p. 232.).

As rotinas fazem parte das instituições de Educação Infantil, cabe ao professor refletir sobre elas, como também pensar na organização da sala de aula, colocando a criança como protagonista do processo de ensino e aprendizagem. “As

salas devem ser estruturadas de modo que facilitem a orientação das crianças sobre a rotina cotidiana”. (Oliveira,2013, p, 155).

A autora levanta uma questão importante, que deve ser repensada, pois muitas salas não são propícias para que as crianças possam desenvolver sua autonomia e independência, muitas salas já estão organizadas, as crianças devem fazer parte dessa organização, pois o planejamento deve ser pensando em conjunto com elas, pensar na criança como sujeito ativo no seu processo de ensino, cabendo ao professor mediar esse processo de construção do conhecimento.

Portanto, o papel do professor de Educação Infantil, precisa abranger vários segmentos importantes para trabalhar de uma forma lúdica e promover a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, trabalhando esses três pilares: o educador-cuidar-brincar, o educador consegue romper com o modelo tradicional e assistencialista e passa a ver a criança como centro do processo de ensino, fazendo com que seu trabalho como educador infantil possa ser significativo e importante para formação das crianças.

## **CAPÍTULO II: OBSERVAÇÕES E ESCUTAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **3. Repensando a prática pedagógica na Educação Infantil**

A educação infantil como primeira etapa da educação básica, requer um conjunto das ações intencionais de adultos a favor do desenvolvimento das crianças, a favor de um processo educacional que inicia no ambiente familiar e complementado nas instituições de Educação Infantil.

Nessa primeira fase de vida da criança ela irá vivenciar nos espaços escolares, práticas e experiências, todas as experiências que ela vai vivenciar, absorverá aprendizagem, no processo de desenvolvimento integral ela vai viver ações que precisam ser pensadas, planejadas de maneira que o educador tenha intencionalidade com o pleno desenvolvimento infantil.

Para isso de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI 2010). “As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira”. Para que isso se vislumbre na prática docente o educador deve trabalhar de acordo com a BCNN (2017) com os cinco campos de experiências que são: o eu, o outro e o nós, o eu, o outro e o nós, corpo, gestos e movimentos, traços, sons, cores e formas, escuta, fala, pensamento e imaginação, Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

A sala de aula deve ser um espaço propício a novas aprendizagens. O entendimento de criança que permeia esta proposta é de um sujeito ativo que ao se relacionar com os outros em busca de novas intervenções e conhecimentos, constituindo a sua humanidade, esta percepção traz um novo desafio na Formação de Professores e também para as Instituições de Educação Infantil.

Uma formação e uma Instituição preocupada com a qualidade nas interações estabelecidas no interior dos espaços educativos e que privilegie várias dimensões no desenvolvimento infantil: a dimensão epistemológica, a psicológica, a ética e a

estética. Estas dimensões precisam ser refletidas e desenvolvidas na organização do trabalho pedagógico, na elaboração de projetos que contemplem a criança como sujeito produtor de cultura.

O professor da educação infantil precisa priorizar na sua atuação a busca por uma educação de qualidade, em que a relação entre os envolvidos (professor e criança) tenha o diálogo, o afeto, o cuidado, a educação e o acolhimento como base principal para uma educação que promova o pleno desenvolvimento das crianças.

É primordial a presença de profissionais que possam povoar as instituições infantis na condição de educadores e não meros funcionários, de terem formação específica para fundamentar e definir um novo fazer educacional, uma nova profissionalidade, que possa atender ao ser criança, provendo e promovendo seu processo de desenvolvimento ao implementarem os princípios norteadores. (ANGOTTI, 2010, p. 19).

Promover experiências com contos e diferentes gêneros linguísticos contribui para a familiarização da criança com a escrita, sua participação no momento da roda de conversa, ouvir o amigo, associar uma história com um fato que ocorreu com ela, todos esses pontos contribuem para uma formação e atuação para a cidadania.

[...] é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. (BRASIL, 2017, p.40).

Mais do que garantir à criança enquanto sujeito histórico de direitos, é preciso que se tenha um olhar e escutas infantis que se efetivem na prática, deve haver intencionalidade pedagógica, para que assim ocorra uma educação verdadeira onde as crianças façam parte desse processo, o que conseqüentemente nós remete à qualificação da prática docente, assim como a valorização e investimento financeiro para o salário do professor e para as instituições de Educação Infantil, pois muitos CMEIS não possuem uma infraestrutura e materiais para os educadores desenvolvem atividades com as criança.

Logo, a educação de crianças pequenas tal quais os processos formativos de professores requerem olhares e escutas sensíveis, possibilitando tecer diversas reflexões e convocando à ressignificação destes.

A educação na primeira infância assim como os processos formativos de professores requerem novas direções que possam ressignificar e atribuir novos sentidos, para isso é preciso que ocorra permanentemente a efetivação de uma política de formação para as professoras que atuam com crianças pequenas, qualificando a prática docente e dando visibilidade ao trabalho desenvolvido nas escolas, uma formação onde as escutas dos educadores sejam dialogadas, para que assim possa ocorrer uma formação significativa, onde o educar é também aprender possa repensar em sua prática.

Faz-se necessário um exercício de reflexão pelas profissionais da Educação Infantil sobre sua própria atuação, mas não se trata de uma reflexão abstrata e sem fundamentação, é preciso que a reflexão se dê a partir da articulação entre teoria e prática e, isso só ocorre a partir de uma sólida formação. (ANGOTTI, 2010, p. 100).

O que se busca com a formação é qualificar os docentes refletindo na qualidade do trabalho que se desenvolverá com as crianças. Que através da reflexão crítica e do tecer de novos saberes também se constituam novos olhares das professoras em relação à infância e à educação infantil. Assegurar a vivência da infância de forma intensa e significativa se dá através da organização dos espaços, do tempo, das atividades propostas, dos olhares que se dirigem à criança, da segurança afetiva e de uma formação qualificada.

É certo que as pesquisas sobre o desenvolvimento da criança contribuem para melhorar a educação infantil. Contudo, a compreensão e a transformação das práticas educativas não podem se reduzir à dimensão psicológica ou médica, mas devem incluir a dimensão social, em decorrência da especificidade cultural de nossos modelos de desenvolvimento. (BABOSA, 2000, p. 134.).

Nesta nova concepção de educação infantil, as professoras valorizam e estimulam a construção da autonomia, percebendo a criança como um ser capaz, pensante, possuindo saberes adquiridos, além de grande capacidade para estabelecer trocas com seus pares. Todavia, é um desafio permanente pensar e

organizar os processos formativos, levando em consideração todos os sujeitos envolvidos, bem como atender às diferentes especificidades do trabalho com crianças pequenas.

Fica a percepção que compartilhar, não como verdade absoluta, mas como uma certeza: de que a formação continuada partilhada, crítica e reflexiva é parte do caminho para a qualificação do trabalho docente na educação de crianças pequenas.

### **3.1 Caracterização do Centro Municipal de Educação Infantil**

O Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) está localizado no município de Manaus, no bairro Nossa Senhora das Graças, em uma área urbana, este oferece a modalidade de ensino na educação infantil, nos turnos matutino e vespertino. De acordo com o PPP o número de crianças matriculadas são cento e setenta e três nos dois turnos, nas faixas etárias de três até cinco anos, este número não foi atualizado no PPP.

Apesar da estrutura da instituição ser pequena possuindo apenas quatro salas, dois banheiros (meninos e meninas), cozinha, sala dos professores, secretaria e um pátio onde as crianças lancham, o CMEI possui um parque bem no seu centro, onde é coberto por areia tem algumas árvores e plantas ao redor e alguns brinquedos como: gangorra, escorregador, balanço, casinha, porém esses brinquedos encontram-se danificados.

O CMEI parte do princípio que compreende a criança como ser um humano que precisa ser respeitado e valorizado no seu modo de ser criança. O PPP da escola foi construído de forma participativa com a comunidade escolar, a instituição luta por uma escola democrática, tendo a participação da escola e da comunidade em prol do desenvolvimento das crianças, visto que a educação infantil é a base, ou seja, o ponto de partida da formação da criança.

O CMEI fundamenta seu trabalho pedagógico nas setes dimensões e indicadores correspondentes, elaborados pelo MEC, que são: planejamento, multiplicidade de experiências e linguagens; interações; promoção da saúde;

espaços, materiais e mobiliários; formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais. Cooperação e trocas com as famílias e participação na rede de proteção social.

Tem como missão promover as Interações e as Brincadeiras para crianças na faixa etária de três, quatro e cinco anos através de processos pedagógicos criativos, inovadores, seguindo os parâmetros e indicadores de qualidade explícitos na legislação e em estudos científicos sobre a Educação Infantil, possibilitando o desenvolvimento de suas capacidades superiores, pela vivência de sentimentos de respeito, solidariedade, para que sejam comprometidas com o aprender e atentas ao lidar com os desafios cotidianos.

O quadro de professoras é composto de sete profissionais, com formação em nível superior. A formação continuada tem como intuito a reflexão sobre as práticas pedagógicas, buscando sempre o aprofundamento de conhecimentos. O CMEI considera como objetivo central da ação pedagógica na Educação Infantil a ampliação do repertório cultural das crianças, tendo como eixos curriculares as interações e as brincadeiras, permeadas pelas linguagens visual, musical, oral e escrita, matemática e corporal.

Orienta-se que os professores planejem atividades desafiadoras para e com as crianças; atividades que as desafiem a fazer narrativas, descrições, comparações, relações, construções em várias dimensões, explorando diferentes espaços e materiais; atividades que as provoquem a pensar, tomar decisões e resolver problemas; atividades que tomem como referência conceitos fundamentais que precisam ser explorados em espaços coletivos de Educação Infantil, conforme mapa conceitual e expectativas de aprendizagem definidas em sua Proposta Curricular.

### 3.2 Analisando a prática docente da professora de Educação Infantil

Para atingirmos o objetivo da pesquisa foi necessário a realização de uma entrevista semiestruturada com uma professora do CMEI, Conceição será o nome que irei utilizar para me referir a professora.

A professora Conceição leciona há mais de dez anos na área da Educação infantil, ela tem duas graduações, a primeira foi em Licenciatura em Língua Portuguesa e Pedagogia e a pós-graduação em musicalização na Educação Infantil. Para realizarmos a entrevista foi pensado seis perguntas, para conhecermos o que norteiam as concepções da prática pedagógica da professora de Educação Infantil, para sabermos qual é sua compreensão em relação a infância a primeira pergunta foi: para você, toda criança tem infância? O que é ter infância?

Sim toda criança tem infância, a partir do momento que a criança nasce ela já tem todo amparo, tanto ela tem essa infância, quanto é necessário ela ter essa infância, nessa infância que a criança vai aprendendo a interagir, aprendendo a brincar, conhecendo o meio dela, no meio dela que ela vai se desenvolver como criança, é muito importante que a criança viva essa fase de ser criança. (Professora Conceição).

Para ser educador infantil é necessário que o docente tenha uma concepção de criança e infância, saber quem são as crianças, como elas vivem suas infâncias, quais são os desejos, as necessidades que as crianças nos tempos diferentes da sua vida possuem, há uma linha do tempo necessária para que o educador de educação infantil coloque organização espaço temporal de maneira que se possa vivenciar com elas práticas que sejam pedagógicas, que levem em conta a maneira como as crianças aprendem, ao planejar uma prática pedagógica com a intenção de levar a criança a se desenvolver integralmente, refletindo sobre sua práxis pedagógica, como aborda Angotti (2010):

O educador infantil deveria valer-se da teoria, da ciência, da tecnologia, mas também de sua sensibilidade; deveria por tanto integrar vários campos do conhecimento em sua prática profissional. Tais conhecimentos esclareceriam que é a criança alvo do seu trabalho, quais suas peculiaridades e que planos poderiam ser traçados para o seu cuidado e educação.

Para trabalhar com crianças pequenas é necessário entendimento sobre criança e infância, além de uma gama de conhecimentos específicos para mobilizar o corpo o afeto a curiosidade a vontade de se relacionar no ambiente social que foi preparado para que a criança possa conviver com outras crianças e com adultos, onde ela possa construir uma cultura infantil, que só será possível se o educador infantil colocar possibilidades didáticas e intencionalidade em sua prática pedagógica.

É indispensável que o educador infantil também conheça as leis que amparam as crianças. Em consonância com este fato surgiu a segunda pergunta: qual a importância da proteção e amparo para a criança?

Para proteção temos o Eca, que está para proteger a criança desde quando ela está no ventre da mãe, devido a realidade que vivemos hoje, por isso é necessário a gente proteger e conscientizar, conversar com as crianças, tanto em casa, quanto na escola, importância do cuidado, desse cuidado maior que temos que ter. (professora Conceição).

A formação do pedagogo consiste em todo conhecimento relacionado a criança, as leis são fundamentais para que os educadores infantis tenham essa percepção da importância das leis para proteção e amparo para criança desde o começo da sua vida e no decorrer do seu desenvolvimento como é abordado no ECA: Art. 7º “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Para que a criança possa se desenvolver integralmente é necessário a mediação de um profissional qualificado para propor atividades lúdicas para que ocorra esse desenvolvimento integral, em virtude disso surgiu a terceira pergunta: a ludicidade é importante para o desenvolvimento infantil? Por quê?

É através das brincadeiras que a gente desenvolve todos os eixos que temos na BNCC, na brincadeira ele vai desenvolver a fala quando ele está conversando com as outras crianças dentro da sala de aula, quando a gente está brincando, ele vai desenvolver a imaginação, a brincadeira deixa na criança uma marca e esse marca ela não esquece e nas brincadeiras que ela vai conhecendo cada vez mais e ampliando seu vocabulário, por isso que a brincadeira é importante. (Professora Conceição).

O lúdico deve fazer parte das práticas dos professores da educação infantil como frisa na BNCC as interações e brincadeiras sendo de suma importância para o desenvolvimento da criança. As brincadeiras e os jogos permitem um crescimento integral e natural, pois o brincar é algo natural da criança.

Atualmente as crianças estão cada vez mais deixando a brincadeira de lado. Segundo Angotti (2010), “hoje, nossa criança tem menos oportunidades de brincar livremente que em outras épocas. Isso é em decorrência das transformações na sociedade, mas as crianças não devem sofrer as consequências dessas mudanças”. Um dos papéis da Escola é resgatar as culturas infantins, como argumenta Angotti, (2010, p. 108). “a escola pode contribuir muito para o resgate do lúdico na infância.”

As escolas além de passar conhecimento e um lugar para conhecer nossa cultura e trabalhar o desenvolvimento integral das crianças, logo as brincadeiras devem ser trabalhadas pelos educadores, principalmente o educador infantil, pois muitas crianças não tem a oportunidade que as crianças tinham antigamente de viver suas infâncias com brincadeiras ao ar livre. Diante disso surgiu a quarta pergunta: as crianças brincam? Em que momento? De que forma esse momento acontece?

Acontece toda vez que eu faço meu plano já vejo as datas, para poder trabalhar as brincadeiras, por exemplo a literatura, quando eu trabalho a história dos três porquinhos, eu já faço a contação de história, coloco eles para dramatizar, dentro dessa dramatização trabalho à música, então tudo isso já é uma brincadeira para eles. (Professora Conceição).

As lacunas na formação do professor são vislumbradas em suas concepções e em sua atuação na sala de aula. O educador infantil precisa saber que a criança deve ser o centro do processo do ensino e as atividades devem ser pensadas para elas, o professor precisa trabalhar com o lúdico para promover o desenvolvimento e a aprendizagem de uma forma rica e significativa para a criança. Diante disso Angotti (2010) aborda que: “a proposição de um modelo “escolarizante” de Educação Infantil, por meio da separação entre cuidar-educar-brincar, reduz e empobrece o fazer docente dessa etapa da educação, limitando as possibilidades do desenvolvimento das crianças”.

É importante que ocorra um entendimento e intencionalidade das atividades realizadas na sala de aula. É o professor que deve conduzir o aluno e as atividades a serem realizadas. O lúdico permite novas maneiras de ensinar, associado a fatores como: capacitação dos profissionais envolvidos, infraestrutura, pode-se obter uma educação de qualidade, capaz de ir ao encontro dos interesses essenciais à criança, pois as atividades lúdicas não são somatórias, mas sim fazem parte do processo de aprendizagem da criança, para que isso seja vivenciado na prática do educador é importante que seja planejado. A quinta pergunta surgiu a partir desse direcionamento: o que leva em consideração na hora de elaborar o planejamento?

A gente se embasa na BNCC, nos eixos, dentro desses campos de experiência que vou desenvolver cada atividade que vou trabalhar, por exemplo se eu quero trabalhar o circuito, vou lá no campo, corpo, gesto e movimento e vejo como que eu posso trabalhar inserir aquela atividade no meu plano. (Professora Conceição).

Os professores de Educação Infantil utilizam os cinco campos de experiências na hora de elaborar o planejamento e realizar as atividades para crianças. De acordo com a BNCC (2017), parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças.

Como já foi frisado o educador infantil deve pensar na criança na hora de elaborar seu planejamento, refletindo sobre suas práxis, se as crianças estão aprendendo e estão se desenvolvendo. A missão do educador infantil é se comprometer com o desenvolvimento integral das crianças. Logo a sexta pergunta foi: qual a importância do professor de Educação Infantil para a criança?

O professor de educação infantil é a base de tudo, por que é aqui que ele vai desenvolver a imaginação, fala, coordenação motora global, o físico, o equilíbrio, a formação integral dele começa dentro da Educação Infantil. (Professora Conceição).

É nas instituições de Educação Infantil que a criança se desenvolve integralmente, mas para que isso se concretize é necessário repensarmos nós profissionais que atuam nessas instituições. O docente que atua na Educação

Infantil precisa estar consciente de que a profissão de educador infantil exige a relação teórico-prática, competências e habilidades, pois o educador assim como a família são referências para as crianças. A prática pedagógica do professor pode influenciar na construção dos sujeitos. Para Angotti (2010, p. 184):

O educador infantil deveria valer-se da teoria, da ciência, da tecnologia, mas também de sua sensibilidade; deveria por tanto integrar vários campos do conhecimento em sua prática profissional. Tais conhecimentos esclareceriam que é a criança alvo do seu trabalho, quais suas peculiaridades e que planos poderiam ser traçados para o seu cuidado e educação.

Analisando as discussões apresentadas ao longo do trabalho e as observações realizadas na pesquisa de campo e na análise da reposta da professora da pesquisa, fica evidente o quanto uma formação de qualidade pode ampliar e iluminar e romper com antigas concepções dos educadores. É primordial todos envolvidos no âmbito educacional conhecer a história da criança e o surgimento da infância, para podermos realmente compreendermos as crianças como sujeitos históricos que produzem cultura e são ativos no seu processo de aprendizagem, cabendo o papel do educador infantil de trabalhar de uma forma lúdica e inovadora.

Devemos conhecer também os direitos que foram alcançados em prol da proteção e amparo para as crianças e os adolescentes. É principalmente os profissionais que trabalham no ramo da Educação Infantil devem conhecer a História da Educação Infantil para saber da sua importância e ter consciência desse momento atual que estamos vivendo na Educação Infantil.

Concluo minhas reflexões com os questionamentos da Angotti (2010). ” o que foi feito de todos os sonhos e lutas em prol da Educação deste país? O que estão tentando fazer da Educação Infantil, com esta conquista que demorou tanto a ser alcançada? O que estão fazendo com a infância que tanto se acalentou?.”

A luta para uma educação de qualidade para as crianças continuam, não devemos esquecer toda história e lutas realizadas durante anos para que as crianças tivessem seus direitos alcançados, para que elas fossem vistas e protegidas por lei. A educação deve ser pensada na criança e para ela.

## **Considerações conclusivas**

É nas instituições de Educação Infantil que muitas crianças tem a oportunidade de se desenvolver no seu aspecto físico, social, cognitivo e afetivo, o fato de sabermos que esse tempo é precioso na vida das crianças, onde é descoberta relações e experiências que constituem a possibilidade delas se constituírem como sujeitos sociais, pertencente a uma cultura e, ao mesmo tempo, instituírem as suas singularidades nesse mundo.

As crianças alicerçam as aprendizagens na infância que serão desenvolvidas no decorrer da sua vida, o educador infantil tem a grande missão de proporcionar experiências que serão significativas e que as crianças levarão para o resto de suas vidas.

Apesar das inúmeras conquistas que hoje se encontram inclusive amparadas na Lei, embora nem todas sejam efetivadas na prática, são inúmeros os desafios enfrentados na primeira etapa da educação básica, a educação infantil. Tais desafios envolvem desde falta de condições e infraestrutura nas instituições, passando por carência de melhores políticas públicas às práticas de formação escolarizadas dos profissionais docentes que nelas atuam.

Ainda temos pela frente uma intensa caminhada, porém, significativos avanços foram conquistados, entre eles o novo olhar com que a educação infantil passou a ser vista na última década, o que acarretou profissionais mais envolvidos, conhecedores, com maior propriedade das especificidades da infância.

Logo é relevante que o educador Infantil engajado no processo formativo das crianças seja capaz de comunicar, criar e transformar o espaço da sala de aula em um universo de descobertas e experiências para as crianças, sempre dialogando e trabalhando em conjunto com elas. Fica explícito um novo olhar, uma nova concepção da educação de crianças pequenas, o que advém muito da contribuição dos processos formativos vivenciados, das trocas e da reflexão crítica possibilitada por todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOTTI, M. **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?** In: (Organizadora). —Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. 3 edições.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro, 1986.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base.** Brasília, MEC/ CONSED/ UNDIME, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em: 03 de abr. de 2020.

BARBOSA, MARIA, Carmem, Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, 2013.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Ano 1990, disponível em: <https://cutt.ly/yECVBmB>. Acesso em: 3 de abril, 2022.

CARR, E. H. **Que é história?** Trad. Lúcia Maurício de Alverga. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Docência em formação na educação infantil: fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Imaginário e Culturas da Infância**. Instituto de Crianças. Projeto “As Marcas dos Tempos: a Interculturalidade nas Culturas da Infância”. Universidade do Minho. 2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel (1997). **As Crianças e a Infância: definindo conceitos, delimitando o campo**. Universidade do Minho. 2002.

SARMENTO, Manuel J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade**. 2004.

VIGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. \_\_\_\_\_. O desenvolvimento psicológico na infância. São Paulo: Martins Fontes, 1998. \_\_\_\_\_. Psicologia pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

## **APENDICE- QUESTIONÁRIO APLICADO COM A PROFESSORA**

- 1) Para você, toda criança tem infância? O que é ter infância?
  
- 2) Qual a importância da proteção e amparo para a criança?
  
- 3) A ludicidade é importante para o desenvolvimento infantil? Por quê
  
- 4) As crianças brincam? Em que momento? De que forma esse momento acontece?
  
- 5) O que leva em consideração na hora de elaborar o planejamento?
  
- 6) Qual a importância do professor de Educação Infantil para a criança?